



Avaliação na Pós-Graduação *Stricto Sensu*: reflexões sobre a sua prática no Brasil

Maria Lucia Indjaian¹ (*)

Resumo

A avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil é realizada de maneira sistemática pelo governo federal desde 1976, através Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O processo já se encontra consolidado; contempla todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e é reconhecido internacionalmente. Em 1998 foi implantada a sistemática da Avaliação Trienal dos Programas. Entre as suas finalidades destacam-se a de estabelecer o padrão de qualidade exigido para esse nível de ensino, identificar os programas que o atendem e, dessa forma, impulsionar a evolução dos programas do SNPG. Embora a prática da avaliação na pós-graduação já ocorra no país há mais de 30 anos existem poucos estudos, em uma perspectiva longitudinal, sobre os possíveis efeitos ou impactos dessas avaliações para a evolução e desenvolvimento dos programas em diferentes dimensões: conjunto de programas do SNPG; programas das áreas e subáreas avaliadas; programas das diversas regiões ou, até mesmo para as IES individualmente. Este trabalho teve como objetivo fazer uma reflexão, ainda que parcial, sobre os possíveis efeitos dessa avaliação para os Programas de Administração, recomendados no período 1998/2013, que contempla os cinco ciclos de avaliações realizadas na sistemática da Avaliação Trienal CAPES.

Palavras-chave: Avaliação; Pós-Graduação; CAPES.

Introdução

A avaliação da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é uma atribuição do governo federal desde regulamentação desse nível de ensino através do Parecer CFE 977 de 3 de dezembro de 1965. Entre os motivos que levaram a regulamentação ressaltam-se a necessidade de formação de professores competentes para atender à expansão do ensino superior elevando os níveis de qualidade; o desenvolvimento de pesquisadores e de pesquisa científica e a preparação de profissionais de alto padrão para atender as necessidades do desenvolvimento nacional.

Para garantir a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e evitar “repetir a graduação, já de si precária, com o abastardamento inevitável dos graus de Mestre Doutor” sugeria-se o controle dos mesmos através de um sistema de *acreditation* para disciplinar o processo de implantação dos cursos de pós-graduação. O Conselho Federal de Educação ficaria responsável por definir os critérios e pela aprovação dos cursos.

¹ Doutora em Educação e Currículo; Professora do Centro de Ciências Sociais da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E Pesquisadora do Núcleo Pesquisa e Formação em Administração do CNPq. E-mail : marialucia.cruz@mackenzie.br

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



A partir de 1976, a avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* passa a ser atribuída à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, criada em 1951, como agência de financiamento com o intuito de assegurar a existência de pessoal especializado para atender às necessidades dos empreendimentos que visavam o desenvolvimento do país.

A primeira avaliação ocorreu em 1978. Nos anos de 1990, o modelo de avaliação passa por profundas modificações e é implantada a sistemática da Avaliação Trienal de Programas. A avaliação até então centrada na formação de professores passa a enfatizar, a pesquisa e a produção do conhecimento, como destacam, entre outros, Spagnolo e Souza (2004); Kuenzer e Moreira (2005) e Moreira (2009).

Entre as finalidades dessa avaliação duas destacam-se de maneira especial as de: “estabelecer o padrão de qualidade exigido desse nível de ensino e identificar os programas que atendem tal padrão; impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressem os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo e contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação “. (RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO TRIENAL CAPES, 2007 e 2010)

Embora a avaliação da CAPES já ocorra de maneira sistemática há mais de 35 anos são raros os estudos, em uma perspectiva longitudinal, sobre os seus possíveis impactos ou efeitos sobre a evolução do SNPG, sobre as áreas e subáreas avaliadas e, até mesmo, sobre os programas individualmente.

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu encontrar algumas contribuições sobre os possíveis efeitos dessa avaliação.

Sguissardi (2006), Paula (2012), Kuenzer e Moraes (2005), Horta (2002) e Moreira (2009) destacam que avaliação adotou uma lógica produtivista, que: pressiona os docentes a serem produtivos em termos quantitativos; implica na perda da autonomia do trabalho intelectual do docente; induz à banalização de formas legítimas de produção como a co-autoria e a organização de coletâneas; utiliza indicadores que não tem a mesma relevância em todos os programas.; tende a incentivar a competição entre os programas de uma mesma área e leva à conformidade e não contribui para criar a cultura da avaliação, no sentido de aperfeiçoamento contínuo da qualidade



Este trabalho teve como objetivo fazer uma reflexão, ainda que parcial, sobre os possíveis efeitos da Avaliação Trienal CAPES para o desenvolvimento e evolução dos Programas de Administração e Administração de Empresas. A Avaliação Trienal CAPES ao estabelecer o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e identificar os programas que o atendem teria contribuído para impulsionar a evolução dos programas de Administração e Administração de Empresas recomendados no período 1998/2012, que compreende os cinco ciclos de avaliação já realizados nessa sistemática? Os programas recomendados no primeiro ciclo de 2001 teriam gradativamente melhorado de desempenho frente ao padrão de qualidade estipulado pela avaliação?

Acredita-se que a reflexão aqui apresentada poderá contribuir para um debate mais amplo sobre a temática e subsidiar novos estudos e metodologias que tenham como objetivo um olhar longitudinal sobre os possíveis efeitos ou impactos dessa avaliação, envolvendo os diferentes interessados e apoiadores, entre os quais: a CAPES, as Instituições de Ensino Superior (IES), o governo federal, os governos estaduais, as associações de profissionais da área e especialistas em avaliação e certificação da qualidade em IES nacionais e internacionais.

O texto foi estruturado em 4 partes além desta introdução. A primeira apresenta as características da Avaliação Trienal CAPES. A segunda descreve brevemente os procedimentos metodológicos utilizados. Em seguida apresentam-se algumas reflexões a partir dos dados coletados e, por fim as considerações finais.

A Avaliação Trienal CAPES - 1998/2012

Entre os principais motivos que levaram à implantação da Avaliação Trienal CAPES destaca-se o fato de que a avaliação de cursos realizada não estaria permitindo a discriminação dos cursos, no interior das áreas avaliadas e nem entre as diferentes áreas. (VASQUEZ, 2002; NEVES, 2002; HORTA e MORAES, 2005).

Assim, no biênio 1996-1997 teve início um processo de modificações, que são ampliadas nos triênios seguintes, especialmente no triênio 1998/2000 quando é adotada a nova sistemática da Avaliação Trienal de Programas, que contempla dois processos: o acompanhamento anual e da avaliação trienal realizada no final do triênio em avaliação.

As principais modificações introduzidas foram: o programa como unidade de análise; a adoção de uma escala de notas não linear de 1 a 7 para avaliar os

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



programas; organicidade entre as linhas de pesquisa, projetos, estrutura curricular, publicações, teses e dissertações; ênfase na avaliação da produção acadêmica; introdução da internacionalização como critério de excelência e a realização da avaliação em duas etapas distintas.

Na primeira, participam todos os programas de pós-graduação que compõem o SNPG, independentemente do seu nível de classificação (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado) e a nota máxima que um programa pode obter nessa etapa é 5, que caracteriza o que aqui se denomina Padrão Nacional de Qualidade (PNQ). Considerando-se que esta é a nota máxima que os programas de mestrado podem obter, pode-se dizer que ela também expressa o Padrão de Excelência (PE) para esses programas.

Na segunda etapa participam apenas os programas que oferecem cursos de doutorado, que obtiveram a nota 5 na primeira etapa e que foram indicados elegíveis para as notas 6 e 7, que são exclusivas para os programas que apresentem desempenho equivalente aos dos centros internacionais de excelência e expressam o que aqui se denomina de Padrão Internacional de Qualidade (PIQ).

A nota do programa é estabelecida a partir de sua pontuação, frente a um conjunto de quesitos e itens externos, previamente estabelecidos. Os programas que recebem as notas 1 e 2, não são recomendados; deixam de integrar o SNPG e têm as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado canceladas. Apenas os diplomas emitidos no período em que o programa obteve nota igual ou superior a 3, terão validade nacional. (Portaria CAPES nº 13, de 1º de abril de 2002). Os resultados da avaliação são ainda utilizados para fundamentar o parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e a homologação realizada pelo MEC, nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação. (RESOLUÇÃO CES/CNE nº 1, de 3 de abril de 2001).

Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados foi realizada através dos documentos disponibilizados na base de dados eletrônica da CAPES e contemplou: Ficha de Avaliação dos Programas, Documentos de Área, Relatórios Específicos disponibilizados nos diferentes ciclos de avaliação e a base de dados de estatística. O processo foi realizado em três etapas. Na primeira buscou-se identificar o padrão de qualidade



definido para a área em estudo. Na segunda foram identificados os programas de Administração e Administração de Empresas que foram recomendados na primeira Avaliação Trienal de 2001. A terceira etapa teve como objetivo identificar a trajetória dos programas recomendados no primeiro ciclo de avaliação frente ao padrão de qualidade definido pela área. Tendo em vista que o resultado da avaliação é expresso em notas em uma escala de 1 a 7, buscou-se a nota obtida por cada programa recomendado em 2001, nos demais ciclos de avaliação; 2004, 2007, 2010 e 2013.

Reflexões sobre a Avaliação Trienal na Área de Administração

Foram identificados 28 programas de Administração e Administração de Empresas recomendados na primeira Avaliação Trienal de 2001. O grupo é formado por programas de todos os níveis de classificação: Mestrado Acadêmico (MA), Mestrado Profissional (MP) e Doutorado (D). Os programas pertencem à IES de diversas naturezas administrativas sendo treze programas (46%) de IES federais, doze programas (43%) de IES particulares (43%), dois programas (7%) de IES estaduais e um programa de instituição municipal (M). À exceção da região norte, estão presentes nas demais regiões do país: treze programas (46%) na região Sudeste (SE), oito programas (29%) na região Sul (S), seis programas (21%) na região Nordeste (NE) e um programa na região Centro-Oeste (CO), conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1- Trajetória dos Programas de Administração Recomendados – 1998/ 2012

Programas	N	R.	N.A	2001	2004	2007	2010	2013	M	D	P
Administração UEM	MA	S	E	3	3	4	4	4	2000	-	-
Administração FURB	MA	S	M	3	3	4	4	4	1997	-	-
Administração UFPB/JP	MD	NE	F	3	3	3	4	5	1976	2012	-
Adm. Empresas UNIFOR	MD	NE	P	3	3	4	4	4	1995	2010	-
Administração PUCSP	MD	SE	P	3	4	4	4	4	1978	2012	-
Administração UFSC	MD	S	F	3	3	4	4	4	1978	2008	-
Administração UFRN	MD	NE	F	3	4	4	4	5	1978	2006	-
Administração UNB	MD	CO	F	3	4	4	5	5	1976	2006	-
Administração UNISINOS	MD	S	P	3	4	5	5	5	2000	2007	-
Administração PUCPR	MD	S	P	3	5	5	5	5	2000	2006	-
Administração UFPA	MD	SE	F	4	4	5	4	5	1975	2000	-
Administração UFPE	MD	NE	F	4	5	5	5	4	1995	2000	-
Administração FGV RJ	MD	SE	P	4	5	5	5	6	1967	1997	-
Adm. Empresas PUCRIO	MD	SE	P	4	5	5	5	5	1972	1997	-
Admi. Empresas UPM	MD	SE	P	4	5	5	5	5	1999	2003	-
Adm. Empresas FGVSP	MD	SE	P	4	6	6	6	7	1974	1976	-
Administração USP	MD	SE	E	4	6	6	7	7	1975	1975	-
Administração UFBA	MD	NE	F	5	5	5	4	5	1983	1993	-
Administração UFPR	MD	S	F	5	5	5	4	4	1992	2004	-
Administração UFRJ	MD	SE	F	5	5	5	5	4	1973	1976	-
Administração UFMG	MD	SE	F	5	5	5	6	6	1973	1995	-
Administração UFRGS	MD	S	F	5	6	6	7	5	1972	1994	-
Administração IBMEC	MP	SE	P	3	4	3	4	4		-	1999

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Administração PUCMG	MP	SE	P	3	4	4	5	5	-	-	2000
Adm. Empresas FGVSP	MP	SE	P	4	5	5	5	4	-	-	1993
Adm. Empresas PUCRIO	MP	SE	P	4	5	5	5	4	-	-	1999
Administração UFBA	MP	NE	F	5	5	5	4	4	-	-	1998
Administração UFRGS	MP	S	F	5	5	5	4	3	-	-	1998

Fonte: CAPES

Os dados obtidos foram analisados tendo como objetivo identificar o padrão de qualidade definido para a área no período em estudo e o comportamento ou trajetória dos programas frente à esse padrão em cada ciclo.

Padrão de Qualidade da Área de Administração 1998/2012

A análise dos dados revelou que os quesitos, itens e seus respectivos pesos sofreram alterações em todas as avaliações do período, conforme dados das Tabelas 1 e 2.

Em 2001 e 2004 foram avaliados os mesmos sete quesitos com seus respectivos pesos: Proposta do Programa, Corpo Docente; Atividade de Pesquisa; Atividade de Formação; Corpo Discente, Teses e Dissertações e Produção intelectual. No entanto houve alteração na quantidade de itens e seus pesos. Em 2007 novas mudanças implicaram na retirada dos quesitos Atividade de Pesquisa e Atividade de Formação; na incorporação do quesito Teses e Dissertações no quesito Corpo Discente; na introdução do quesito Inserção Social e, em mudanças na composição dos itens e pesos que compõem esses quesitos. A partir de 2010 outras alterações nos cursos de MP já existentes em programas de MA e D (UFRGS, UFBA, FGVSP e PUCRIO) que passam a ser programas independentes e a ter Fichas de Avaliação diferentes dos demais programas. Em 2013 o peso dos quesitos dos programas de MP é modificado.

Tabela 1 - Quesitos e itens contemplados em cada ciclo de avaliação -1998/2012

Quesitos	2001	2004	2007	2010		2013	
				MA/D	MP	MA/D	MP
Proposta do Programa	0	0	0	0	0	0	0
Corpo Docente	20	20	30	20	20	20	20
Atividade de Pesquisa	10	10	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Atividade de Formação	10	10	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Corpo Discente	10	10	25	35	35	35	30
Teses e dissertações	20	20	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Produção Intelectual	30	30	35	35	35	35	30
Inserção Social	NSA	NSA	10	10	10	10	20
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CAPES (*) Em 2007 o quesito Corpo Discente passa a ser denominado Corpo Discente, Teses e Dissertações.

Tabela 2 – Quantidade de itens avaliados no período 1998/2012

Itens	2001	2004	2007	2010		2013	
				MA/D	MP	MA/D	MP
Proposta do Programa	4	5	4	3	5	3	4
Corpo Docente	5	5	6	4	3	5	3
Atividade de Pesquisa	4	5	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Atividade de Formação	4	4	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Corpo Docente	4	4	6	4	3	5	3
Teses e dissertações	4	4	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Produção Intelectual	5	5	4	3	3	3	4
Inserção Social	NSA	NSA	3	6	3	3	4
Total	30	32	23	17	20	19	18

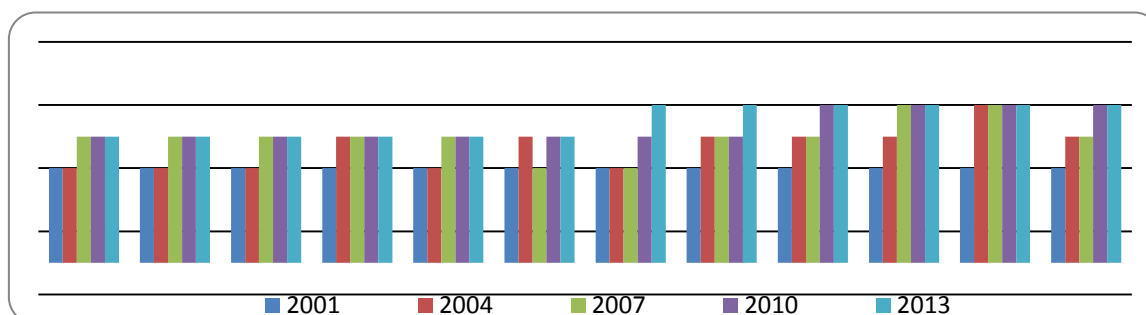
Fonte: CAPES (*) Em 2007 o quesito Corpo Docente passa a ser denominado Corpo Docente, Teses e Dissertações. Em 2010 mantém a denominação na ficha de MA e D e Corpo Docente e trabalho de Conclusão na Ficha do MP.

Quatro quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Docente, Teses e Dissertações e Produção Intelectual) foram avaliados em todas as avaliações do período, mas com itens e pesos diferentes. Os quesitos Produção Intelectual e Corpo Docente, Teses e Dissertações aumentaram gradativamente de peso na composição da nota, representando 70% da nota dos programas de MA e D e 60% da nota dos de MP no último ciclo de avaliação de 2013.

Trajatória dos programas recomendados frente ao padrão de qualidade da área

Os gráficos 1,2 e 3 mostram a trajetória dos programas em cada ciclo, a partir da nota obtida no primeiro ciclo de 2001, quando doze programas (43%) foram recomendados com a nota 3, outros nove programas (32%) obtiveram a nota 4 e sete (25%) alcançaram a nota 5 já na primeira avaliação.

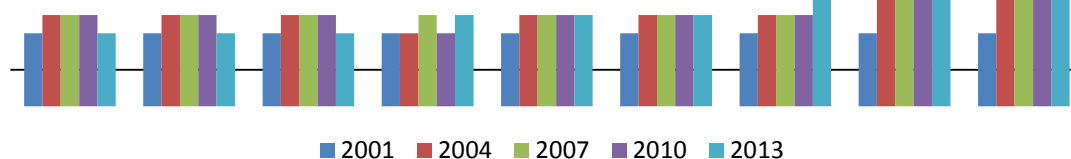
Gráfico1-Programas recomendados na Avaliação Trienal de 2001 com a nota 3



Fonte: CAPES

Observou-se que todos os programas aumentaram de nota gradativamente e que seis programas alcançaram a nota 5 (UFPB/JP, UFRN, UNB, UNISINOS, PUCPR e PUCMG/MP) no período, que expressa o Padrão Nacional de Qualidade (PNQ) em diferentes ciclos do período e a mantiveram nos ciclos seguintes . Notou-se ainda que um programa (PUCPR) conseguiu subir dois pontos na escala de notas em um único ciclo passando da nota 3 em 2001 para a nota 5 em 2004.

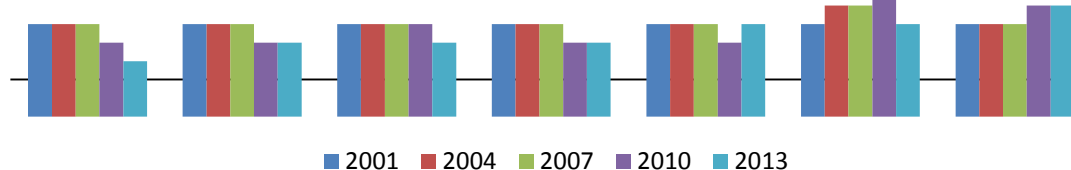
Gráfico 2 - Programas recomendados com a nota 4 em 2001



Fonte: CAPES

Todos os programas que foram recomendados com a nota 4 na Avaliação Trienal de 2001 alcançaram a nota 5 que expressa o PNQ, durante o período, porém três programas (UFPE, FGVSP/MP, PUCRIO/MP) não a mantiveram nas avaliações seguintes. Outros três programas (FGVSP, FGV RJ e a USP) alcançaram também o PIQ (notas 6 e 7) na última avaliação de 2013. Observou-se ainda que à exemplo do que ocorreu com a PUCPR, os programas FGVSP e USP subiram dois pontos na escala de notas em um único passando da nota 4 para a nota 6 em 2004.

Gráfico 3 – Programas recomendados com a nota 5 em 2001



Fonte: CAPES

Dos sete programas, todos pertencentes à universidades federais, que obtiveram a nota 5, que expressa o PNQ já no primeiro ciclo de avaliação apenas dois (UFRGS e UFMG) a mantiveram nos demais ciclos de avaliação e também alcançaram o PIQ (notas 6 e 7) no período, sendo que a UFRGS não o manteve e diminui dois pontos na escala de nota na última avaliação

Os dados apresentados permitem dizer que nos ciclos de 2001 e 2004, quando: os indicadores de qualidade foram previamente definidos e os mesmos quesitos e praticamente os mesmos itens com seus respectivos pesos foram avaliados, os programas tinham a mesma composição em termos de cursos oferecidos e 16 programas (57%) aumentaram de notas em relação ao ciclo anterior, é possível que a avaliação tenha contribuído parcialmente para a evolução desses programas frente ao padrão de qualidade nesse período.

No entanto, para os demais ciclos o mesmo não pode ser dito, pois a trajetória dos programas frente às notas revelou que os mesmos aumentaram e diminuiram até



2 pontos na escala de notas em um único ciclo, nem todos tiveram uma evolução gradativa frente às notas obtidas em cada ciclo, nem todos alcançaram o PNQ e o PIQ e os que alcançaram não o mantiveram nos demais ciclos e/ou no ciclo seguinte.

Nesses termos entende-se que a sistemática adotada pode ter incentivado a competição entre os programas da área como destaca Sguissardi (2006) e, pode também ter contribuído para incentivar a competição no interior dos próprios programas, influenciando a mudança, a partir de 2004, na estrutura e na identidade dos programas que ofereciam MP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a avaliação CAPES pode ter desempenhado um papel significativo na implantação e organização do sistema de pós-graduação no Brasil. No entanto, entende-se que as mudanças estruturais ocorridas nos anos de 1990 a as constantes modificações implantadas durante cada ciclo, especialmente a partir 2004 na área de administração, ao valorizarem excessivamente a quantificação da produção acadêmica que, no último ciclo, representa 70% da nota dos programas de MA e D e 60% da nota dos MP, em uma área que embora tenha programas já consolidados, como enfatizam Bertero; Caldas e Wood Jr.(1999), tem uma fragilidade científica em relação às outras áreas e uma qualidade questionável tanto na produção científica quanto no nível da capacitação de pessoal formado possa ter trazido sérias implicações e impactos em diferentes dimensões: na formação dos profissionais, na formação dos pesquisadores, na qualidade da produção acadêmica, na atividade docente, na própria identidade e configuração do programa, no desenvolvimento científico e tecnológico da área e, especialmente no atendimento das necessidades de desenvolvimento nacional.

O conjunto de dados aqui apresentados nos levam a questionar se uma única sistemática de avaliação externa que tem como objetivo a acreditação dos programas pode ser sozinha responsável pela avaliação e recomendação ou não dos programas do SNPG? Quantos programas deixaram de ser recomendados em função de critérios e indicadores de qualidade externos, nem sempre previamente definidos e divulgados entre os avaliados, e que já no ciclo seguinte foram alterados, ou seja, já não expressavam mais o padrão de qualidade da área?

Entende-se que um sistema de avaliação deve contemplar mecanismos internos e externos de acreditação e de avaliação que tem funções distintas visando tanto a acreditação e a garantia de um padrão mínimo de qualidade no SNPG quanto

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



uma autoavaliação que tenha como objetivo o desenvolvimento contínuo e gradativo dos programas frente aos seus objetivos, metas, características da comunidade acadêmica e do contexto social onde os mesmos estão inseridos.

Os mecanismos de avaliação e acreditação, ressalta Sturbin (2005) têm uma distinção: de um lado estão fundamentados em uma avaliação com uma lógica acadêmica que tem uma função educativa e reflexiva que propicia a aprendizagem institucional da comunidade acadêmica e, de outro, exercem o papel de controle que se configura enquanto aspecto burocrático e formal da administração pública com o objetivo de validar legalmente os diplomas em âmbito nacional

Um sistema de avaliação pode, portanto, carregar em si elementos de regulação e de emancipação mas é necessário que haja um equilíbrio entre ambos, pois, em certas situações, há o predomínio do aspecto burocrático e formal em detrimento da melhoria da qualidade como enfatiza cunha (2004).

À exemplo do que nos diz Sguissardi (2006, p. 79), é hora de implementar formas de autoavaliação, “que garantam o alcance dos objetivos de qualidade que se julga próprios da pós-graduação brasileira e que possivelmente não coincidem com os de uma agência financiadora, reguladora e credenciadora estatal”.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTERO, C. O. ; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./abr. 1999.
- BRASIL. Parecer CFE 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965.
- _____. CAPES Relatório de Avaliação Trienal. Disponível em: <<http://www.capes.org.br>>. Acesso em 20 fev. 2008.
- _____. Resolução CES/CNE nº 1, de 3 de abril de 2001.
- _____. Portaria Capes nº13, de 01 de abril de 2002.
- CUNHA, M.I.C. Auto-avaliação como dispositivo fundante da avaliação institucional emancipatória. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas, v.9, n.4, dez.2004.
- HORTA, J.S.B. Prefacio. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A.M.N. (Org). **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Editora UFSC/Cortez, 2002
- HORTA, J. S.B.; MORAES, M. C. M.. O sistema CAPES de avaliação da Pós-Graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, set/out/nov/dez. 2005.
- HORTALE, V.A.; OBADDI, M.; RAMOS, C. L. A acreditação e sua implementação na área de ensino pós-graduado em Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.6, nov/dez. 2002.
- MOREIRA, A.F. A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em educação no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V.25, nº3, p.23-42, Dez.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/03.pdf>>. Acesso em: 20 fev, 2013.
- PAULA, M.F.C. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Universidade e Sociedade**. DF, Nº49, Jan.2012. Disponível em : <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1142951595.pdf#page=51>>. Acesso em: 18 jan, 2013.
- SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo CAPES” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**. Florianópolis, v.24, n.1, jun/jul 2006.
- SPAGNOLO, F; SOUZA, V. C. O que mudar na avaliação da CAPES? **Revista Brasileira de Pós Graduação**. Brasília, v.1, n.2, p8-34, nov.2004.
- STURBIN, A. Los mecanismos nacionales de garantía pública de calidad em el marco da la internacionalización de la educación superior. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Campinas, v.10, n.4, dez 2005.
- VASQUEZ, A. A chegada da CAPES. **INFOCAPES**. Brasília: CAPES, v.10, n.4, 2002.